

O índio brasileiro na perspectiva de Luiz Beltrão¹

Antonio Hohlfeldt²

Submetido em: 29/10/2019

Aceito em: 10/11/2019

RESUMO

O artigo busca contextualizar o momento profissional em que Luiz Beltrão está trabalhando na Fundação nacional do Índio e o contexto sócio-político brasileiro. Beltrão, enquanto assessor da FUNAI, traz a experiência profissional de jornalista e de professor de jornalismo para buscar entender o que o brasileiro pensa a respeito do índio. Após o levantamento de amplo material de jornais, resolve escrever um livro a respeito. Na obra, ele mostra a percepção artificial e equivocada que a opinião pública nacional tem a respeito do habitante primeiro do país e indica, num evidente tom de denúncia, a violência institucional que a comunidade indígena sofre no país. Conclui que, infelizmente, o livro está mais atual do que nunca, no contexto brasileiro, com o novo governo federal.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; Relações públicas; Índio brasileiro; Política indigenista; Pesquisa em jornalismo.

The Brazilian indian in the perspective of Luiz Beltrão

ABSTRACT

This paper presents the contexts about the professional life of Luiz Beltrão and the social-politics moment of Brasil. As advisor from Fundação Nacional do Índio and journalism researcher, Beltrão wants to understand what is the public image of the indian between the

¹ Trabalho originalmente apresentado na Jornada Beltraniana 2019 da Rede Folkcom, no âmbito do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, no dia 2 de setembro de 2019, na Universidade Federal do Pará, Belém. O texto foi posteriormente revisado e ampliado.

² Professor Doutor, atuante no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), onde leciona “Teorias da comunicação” e “Comunicação e opinião pública”. Trabalha, também, no Programa de Pós-Graduação em Literatura – Escrita Criativa, da mesma universidade. É autor, dentre outros, do livro **Teorias da comunicação** (Vozes, 2001, já em 15ª, com duas reimpressões). Pesquisador em Produtividade do CNPq, atual Presidente da Fundação Theatro São Pedro, de Porto Alegre. E-mail: a_hohlfeldt@yahoo.com.br.

brasilians. He has as very great material to research and concludes that the people has no idea about the true situation of the indians, suffering very strong pressures from the white people. I resume that unhappily this book is yet very important because current, specially with the new national government.

KEYWORDS

Journalism; Public relations; Brazilian indian; Indigenous policy; Journalism research.

El indio brasileño en la perspectiva de Luiz Beltrão

RESUMEN

El texto se propone a contextualizar el momento profesional de Luiz Beltrão, trabajando en la Fundação Nacional do Índio y el contexto sócio-político brasileño. Como assessor de la FUNAI, Beltrão va a traer toda su experiencia profesional como periodista y profesor de periodismo para comprender lo que se piensa sobre el indio en el país. Beltrão empieza a recojer un inmenso material de pesquisa y se resuelve a escribir un libro sobre el tema. En el, presenta la percepción artificial y equivocada de la opinión pública nacional sobre el habitante primero del país y denuncia la violència institucional que la comunidade indígena sufre. Yo concluo que el libro está aún muy actualizado y es necesario, gracias al nuevo gobierno de Brasil.

PALABRAS CLAVE

Periodismo; Relaciones públicas; Índio brasileño; Política indígena; Estudios em periodismo.

Em 1977, Luiz Beltrão publicou, pela editora Vozes, **O índio, um mito brasileiro**. Eu ainda não o conhecia pessoalmente, nem imaginava que, nos anos seguintes, terminaria por me aproximar de sua obra e vir a estudá-la. Minha relação com a gerência da filial da editora petropolitana fazia com que o representante da empresa, sempre que houvesse algum autor importante em Porto Alegre, ou algum tema polêmico, sobretudo levando-se em conta a época ainda marcada pela ditadura estabelecida em 1964, procurasse a editoria de cultura do Correio do Povo, em que eu trabalhava, para que se fizesse o registro necessário. Naquele tempo, o Correio do Povo era o jornal mais importante da região, com enorme circulação, sobretudo no interior do estado, alcançando uma enorme influência na opinião pública. O jornal, então circulando em tamanho standard, ocupava pelo menos 4 páginas diárias com os temas culturais, o que permitia o desenvolvimento de extensas entrevistas e reportagens bastante aprofundadas.

Mas se Luiz Beltrão se dedicava às questões da comunicação social, em especial do jornalismo, como chegara a escrever esta obra? É ele mesmo quem diz, na abertura de seu trabalho, ao revelar que trabalhara na Assessoria de Comunicação Social da então recém-criada FUNAI – Fundação Nacional do Índio, onde ingressara, a convite do jornalista José de Queiroz Campos, seu primeiro presidente, em fins de 1968:

(...) Fomos incumbidos do trabalho embrionário de organização da Assessoria, e, como não acreditamos em Relações Públicas sem pesquisa, nossa primeira preocupação, dada a falta de recursos e instrumentos, então, para empreendê-la, em outras áreas, foi a de valer-nos dos jornais diários assinados pelo órgão, recolhendo neles tudo quanto se referia ao aborígene, inclusive nos países estrangeiros, a fim de fundamentar estudos comparativos e proporcionar à administração elementos válidos para a orientação de sua atividade comunicacional (BELTRÃO, 1977, p. 15).

Uma observação a respeito desta passagem do livro de Beltrão. Primeiro Doutor em Comunicação do país, tendo defendido sua tese na Universidade de Brasília, Beltrão foi afastado da instituição, no âmbito de perseguições e equivocadas interpretações quanto à atuação ideológica dos professores daquela universidade, sobretudo depois do AI-5, de 1968. Curiosa e contraditoriamente, recebeu o convite para trabalhar na FUNAI, órgão vinculado àquele mesmo governo que desconfiara dele enquanto professor. Mas foi assim que ele sobreviveu e, mais que isso, inteligente e sensivelmente, soube unir as experiências anteriores de pesquisador, ainda no Recife, da Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco, com a nova incumbência. É bom lembrar-se que, naquele momento, a questão indígena, de certo modo, ocupava uma boa porção da opinião pública, ao menos de uma parte mais esclarecida dela, tendo em vista as ações pioneiras de um cacique xavante, Mario Juruna que, em 1982, tornar-se-ia o primeiro deputado federal índio eleito no país, pelo estado do Rio de Janeiro. Enquanto professor numa universidade católica, a UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, eu me envolvia com a questão indígena e terminaria por escrever e publicar um livro, naquele mesmo ano de 1982, a respeito do assunto, livro que indiretamente participaria da campanha eleitoral do líder indígena (HOHLFELDT, 1982).

Levado, pois, pelo gerente regional da Vozes, encontrei-me com Beltrão e tivemos uma excelente conversa, que redundou numa bela entrevista publicada posteriormente no Correio do Povo (HOHLFELDT, 1977).

Beltrão apresentava uma obra bastante alentada – mais de 300 páginas – e partia de uma constatação claramente expressa no título da obra. Ao abordar a questão indígena enquanto um mito brasileiro, ele desde logo apresentava, com clareza, o ponto de vista adotado: o índio era um desconhecido para a maioria da população brasileira. Efetivamente, na introdução do trabalho, intitulada “O índio e o homem brasileiro”, ele enumera os segmentos sociais que eventualmente poderiam envolver-se com a questão indígena: os cientistas sociais, que viam o índio como “um tipo a estudar” (p. 9); os missionários que, na abordagem de Beltrão, teriam mudado sua percepção, distanciando-se da preocupação exclusiva com a alma para priorizar o corpo, dedicando-se a salvar os remanescentes do grupos nativos do país ante a sanha com que o homem branco promovia sua matança e seu desaparecimento (ps. 9 e 10); os sertanistas e mateiros, cujo modelo de atuação era o Marechal Cândido Rondon, preocupados em garantir a sobrevivência deste segmento populacional e cultural (p. 10) e, enfim, os técnicos em indigenismo, profissionais que atuavam institucionalmente em organismos oficiais de governo, no sentido de estabelecer normatividade para as relações entre o indígena e a sociedade branca (p. 11). Resume ele, então, o que mais o preocupava:

O homem comum, de índio entende pouco e confusamente. Aprendeu, na escola primária, que os bons selvagens que receberam a armada de Cabral e imitavam os brancos nos gestos rituais da missa celebrada por Frei Henrique de Coimbra, eram mansos, pacíficos, tupis, tupiniquins, tupinambás. Os caetés, de Olinda, porém, não pareciam tão mansos assim, ameaçando (...) (BELTRÃO, 1977, p. 12).

Com alguma ironia, Beltrão traça uma síntese dos primeiros contatos entre os indígenas e os portugueses que culminaram, quase sempre, com a eliminação dos nativos, até a chegada dos sacerdotes jesuítas que se preocuparam com a catequese mas também com a defesa e a sobrevivência dos mesmos. Beltrão prossegue sua síntese histórica com um erro de passagem, equivocando-se numa menção que faz a Mario de Andrade, quando deveria ser Oswald de Andrade, sem afetar o fundo da questão que está a desenvolver (p. 13).

Para ele,

o indianismo alencarino e de Gonçalves Dias, que é a primeira leitura do homem comum brasileiro (e às vezes a única, salvo jornais e histórias-em-quadrinhos), é,

sem dúvida, responsável pela mitificação do índio, passada aquela fase de jacobinismo da Independência, quando, por influência da maçonaria, os nomes próprios e familiares portugueses foram substituídos por troncos indígenas (p. 14).

A mitificação a que alude Beltrão traduz-se pelo fato de que, para o homem comum brasileiro, “o índio é o altivo herói nacional, dono do seu destino, indomável e forte, de que a cultura brasileira herdou o seu humanismo e amor à liberdade” (p. 14).

Estabelecido, pois, o ponto de vista desde onde ele falará, Luiz Beltrão historia, rapidamente, a ação pioneira e até certo ponto redentora de Cândido Rondon, com a criação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio, em 1910, transformado, mais tarde, na Fundação Nacional do Índio. Depois, apresenta ao leitor, com absoluta clareza, a metodologia a ser utilizada em seu trabalho e os objetivos da obra:

O que visamos, com a pesquisa realizada em 10 diários do País, durante 25 meses, foi registrar a história do desenvolvimento da política indigenista em execução e, assim, avaliar o que o brasileiro sabe, hoje, sobre o índio, através do único meio de comunicação de massa capaz de refletir e documentar, com a vantagem de uma permanente disponibilidade, o pensamento e a ação das pessoas e instituições envolvidas no processo social de integração do elemento indígena. (p. 15).

Primariamente, os resultados de sua pesquisa foram sendo divulgados em órgão interno de comunicação da própria FUNAI – num trabalho que se poderia categorizar como se sensibilização do próprio público interno do organismo. Isso ocorreu entre julho de 1969 e 1970.

Este universo indígena era novo para o próprio estudioso, reconhece Beltrão. Assim,

as perguntas se amontoavam, ora de ordem geral, ora particularizadas. Eis algumas delas: Quantos índios restam no Brasil? Qual a política indigenista brasileira e em que se fundamenta? Que se entende por integração? Como se poderá preservar a cultura indígena? E o próprio índio, como garantir-lhe a sobrevivência como tal? (...). (p. 17).

Decidido, com o passar do tempo, a transformar o material estudado em livro, Beltrão necessitou objetivar a pesquisa, tanto no que dissesse respeito ao período de pesquisa, quanto aos temas escolhidos. Por consequência, optou por a) limitar a coleta e análise do

material ao período de 1º de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1975; b) descartar editoriais, cingindo-os ao exame do noticiário e de depoimentos e declarações de pessoas envolvidas nos fatos” (p. 17).

Com este encaminhamento, Beltrão aplicava, uma vez mais, a prática que desenvolvera e apresentara a seus alunos, ainda no Recife, para as pesquisas pioneiras que promoveu junto ao ICINFORM – Instituto de Ciências da Informação, a partir de 1963: realizar pesquisa diretamente nas fontes, isto é, os próprios jornais, apresentando estudos comparativos. O objetivo principal era permitir que “o próprio leitor tirasse suas conclusões e se tornasse apto a despir o índio do ‘manto diáfano da fantasia que o torna um mito brasileiro’ (p. 17).

E assim fez: a partir dos jornais pesquisados – Correio Braziliense, Diário de Brasília, Jornal de Brasília, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Jornal da Tarde – ele produziu sete alentados levantamentos, respectivamente, sobre “A política indigenista: correntes antagônicas”, “Conscientização: o índio está procurando refletir”, “Atração: a civilização em marcha sobre a selva”, culminando com “Os outros rebeldes: guerra sem quartel”, como que tentando uma síntese e uma projeção da situação (típico procedimento do jornalismo investigativo, como ele bem sabia), depois de ter apresentado tópicos dedicados a temas candentes, polêmicos e contemporâneos, em “Reservas: a guerra fria dos xavante”, “Aculturação: aceleração do processo de agonia do índio” e “Os Waimiri-Atroari: terra, gente e luta”.

O que a obra de Luiz Beltrão evidencia – e isto constituía um fantástico gesto de coragem, diante do contexto ditatorial de então e do fato de ele integrar uma instituição oficial – é que havia uma permanente e incisiva ação de eliminação do índio – motivo principal pelo qual este livro guarda cruel e lamentável atualidade, em especial neste último ano, após a assunção à Presidência da república de Jair Bolsonaro. Justifica-se, neste sentido, uma reedição da obra, sem dúvida alguma, uma vez que tal processo está muito mais exacerbado e radicalizado no momento atual.

Fundamentalmente, e seguindo as observações iniciais expressas na síntese histórica com que abre o livro, Luiz Beltrão evidencia que o índio bom é aquele que se deixa explorar ou matar pelo homem branco; o índio capaz de resistir e fazer face à espoliação promovida pela sociedade envolvente torna-se um índio violento: não aceitar a espoliação da terra;

resistir à construção de uma estrada de rodagem que atravessasse seu território; negar-se à instalação de garimpos a céu aberto; denunciar o assassinato promovido massivamente pelos invasores através do envenenamento das águas ou o puro e simples envenenamento de alimentos a serem consumidos pelos índios – tudo isso transforma os indígenas em figuras inesperadamente violentas para o homem comum, que não se dá conta do direito à vida e à sobrevivência que, obviamente, os índios possuem e que os leva eventualmente inclusive ao confronto armado, ainda uma vez com evidente prejuízo para o índio, diante da inferioridade de seu armamento, num processo a que Beltrão denominará de “guerra cruel” (p. 299).

O principal foco do livro de Luiz Beltrão, neste sentido, é o conjunto de episódios que se desenrolam naquela época, de localização e aproximação dos funcionários da FUNAI junto a grupos indígenas até então desconhecidos, como os Krenakarore ou os Txucarramae. Mas Beltrão também se preocupa em avaliar o papel do Parque Nacional do Xingu e discute as alternativas que se apresentam então: manter os índios isolados; aproximá-los e aculturá-los, mantendo-os enquanto grupos populacionais incompetentes para gerir sua própria sobrevivência ou, ao contrário, organizá-los e prepará-los afim de que eles se tornem autônomos e capazes de se autodefenderem? Isso envolvia o grupo dos Waimiri-Atroari. Definindo claramente sua perspectiva, ele transcreve uma entrevista do cacique Raoni, dada à jornalista Eliana Lucena e publicada no jornal O Estado de São Paulo, em que o líder indígena assim se expressa:

Todo índio que deixou o branco entrar no seu território acabou perdendo quase toda sua terra, como aconteceu com os tapirapé e os carajá. As terras do Xingu pertencem a nós, índios, txucarramae, suiá, juruna, kamaiurá, trumai e outros, que vivemos por aqui. Nossos pais e nossos avós já moravam nessa região, nós pretendemos continuar no parque. Conheço as grandes cidades, mas elas têm muito ruído e muitos cheiros ruins; acho importante que elas existam, pois é lá que são feitos os machados, as enxadas que facilitam o nosso trabalho. Mas eu quero que o branco fique longe do índio, a não ser os que nos ajudam diretamente, porque o índio teme, não as armas que eles usam nem a sua força, mas as doenças e os males que trazem para a gente... (p. 313).

Essa fala, significativamente selecionada pelo pesquisador, para encerrar a obra, quando lida, hoje, infelizmente, soa como uma espécie de profecia condenatória: a comunidade indígena, depois de contatada, de modo geral, está fadada à destruição e ao desaparecimento. Se esta era a situação dramática nos primeiros anos da década de 1970,

muito pior se tornou nestas primeiras décadas do século XXI. Posso expressar esta conclusão com muita convicção porque, nos anos seguintes, eu viria a militar nestes movimentos em defesa dos índios, auxiliando a fundar a ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio, a que hoje denominaríamos como uma ONG; em 1977, com o apoio do Instituto Goethe e do Instituto de Estudos Brasileiros do então MDB, eu havia organizado uma exposição e um seminário sobre o assunto, sob o título “O Índio brasileiro: um sobrevivente?”, com a parceria do grande repórter fotográfico Assis Hoffman. Reunimos, na época, dentre outros, Dom Tomás Balduino, os Irmãos Villas Boas, o então presidente da FUNAI, a fotógrafa Maureen Bisilliat e integrantes do CIMI – Conselho Missionário Indigenista, vinculado à Igreja Católica.

Mário Juruna costumava usar um pequeno gravador a pilhas para registrar promessas de autoridades, na maioria das vezes não cumpridas. Tornou-se famoso por esta prática, o que me levou a batizar como O gravador do Juruna o livro que organizei e editei em 1982 a respeito do tema, transcrevendo parte desses registros e aprofundando o debate sobre o tema. De lá para cá, e sobretudo depois da Constituinte de 1988, inscreveram-se boas intenções na chamada “Constituição cidadã”, na acepção de Ulysses Guimarães, mas, na prática, avançou-se pouco, sobretudo no que toca à demarcação de terras indígenas. E quando, neste momento, ouvimos da maior autoridade do país, que as reservas indígenas atrasam o desenvolvimento do país ou que um governador insiste em fazer construir uma estrada de rodagem atravessar as reservas da Ilha do Bananal, em nome do progresso, o que podemos esperar?

O que é certo e precisa ser registrado, neste desprezioso registro, é a sensibilidade e a abrangência com que Luiz Beltrão foi capaz de abordar a questão por ele apresentada. Se o livro, por isso mesmo, tornou-se, não apenas um documento de certa época, quanto uma denúncia e um alerta a respeito do que não se deveria, nem se poderia fazer, é, também, um modelo sobre como se pode escolher um tema de pesquisa e desenvolvê-lo sob uma perspectiva crítica e eficiente, capaz de levar o leitor a compreender, com profundidade, a importância de uma realidade e a sua responsabilidade para com a mesma, aliás, justamente as principais funções a serem cumpridas pelo jornalismo, segundo o mesmo Beltrão propusera em sua obra pioneira **Introdução à filosofia do jornalismo** (1966). Luiz Beltrão evidencia, assim, que sua teoria não é uma reflexão artificial, mas advém de uma prática consciente e eficiente.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Luiz. **O índio, um mito brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1977.

HOHLFELDT, Antonio. **O gravador do Juruna**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.